

## **Educação Popular em Saúde: concepção para o agir crítico ante os desafios da década de 2020<sup>1</sup>**

Pedro José Santos Carneiro Cruz<sup>2</sup>, Maria Rocineide Ferreira da Silva<sup>3</sup>, Vanderleia Laodete Pulga<sup>4</sup>, Aline Maria Batista Machado<sup>5</sup>, Volmir José Brutscher<sup>6</sup>

### **Resumo**

No seio das iniciativas da área da saúde, a educação popular configura um trabalho social, no qual o agir é orientado pelo diálogo, no compartilhamento de conhecimentos comprometidos com a transformação social, assentada em utopias como direitos iguais para todos, emancipação humana, social e material. A cada dia, qualifica-se a produção teórica e prática provinda das experiências de Educação Popular em Saúde (EPS). Assim, vai se evidenciando um campo teórico como uma teoria do trabalho social em saúde; uma concepção alçada à epistemologia, possuidora de princípios éticos, teóricos e metodológicos. No presente ensaio, compartilharemos reflexões sobre a EPS, apontando provocações com o intuito de alimentar o debate e o pensamento autoavaliativo dos protagonistas dos movimentos e das práticas de EPS em todo o país ante os exigentes desafios da próxima década. Dentre os aspectos desenvolvidos, destacam-se: a centralidade da insistência na promoção e no aprimoramento da participação popular no agir cotidiano em saúde; a dimensão ética, política e epistemológica da EPS para o agir em saúde; a necessidade de transcender o metodologismo; e a EPS diante do ultraliberalismo e do ultraconservadorismo na sociedade e nos espaços públicos.

### **Palavras-chave**

Educação Popular em Saúde. Saúde Coletiva. Agir em saúde. Movimentos sociais. Trabalho em saúde. Formação em saúde. Trabalho social.

---

<sup>1</sup> Esse texto deriva das reflexões construídas coletivamente durante a avaliação dos Painéis Temáticos do II Seminário Temático do Grupo Temático de Educação Popular e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (GT EPS/ABRASCO), ocorrido nos dias 4 e 0 de fevereiro de 2020, em Parnaíba, Piauí, Brasil.

<sup>2</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil; professor do Departamento de Promoção da Saúde do Centro de Ciências Médicas na mesma instituição; integrante do GT EPS/ABRASCO. E-mail: pedrojosecruzpb@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Doutora em Saúde Coletiva pela Universidade Federal do Ceará; Brasil; professora do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Estadual do Ceará, Brasil; integrante do GT EPS/ABRASCO. E-mail: rocineideferreira@gmail.com.

<sup>4</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil; professora do curso de Medicina da Universidade Federal da Fronteira Sul, *Campus* Passo Fundo, Rio Grande do Sul, Brasil; integrante do GT EPS/ABRASCO. E-mail: vanderleia.pulga@gmail.com.

<sup>5</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil; professora do Departamento de Serviço Social do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, *Campus* I da mesma instituição; coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação Popular, Serviço Social e Movimentos Sociais (GEPEDUPSS). E-mail: prof.alinemachado23@yahoo.com.br.

<sup>6</sup> Doutor em Educação pela Universidade Federal da Paraíba, Brasil; professor do curso de Pedagogia da Universidade de Pernambuco, *Campus* Mata Norte, Brasil. E-mail: vdbrutscher@gmail.com.

## **Popular Education in Health: conception for critical action in the face of the challenges of the decade of 2020<sup>7</sup>**

Pedro José Santos Carneiro Cruz<sup>8</sup>, Maria Rocineide Ferreira da Silva<sup>9</sup>, Vanderleia Laodete Pulga<sup>10</sup>, Aline Maria Batista Machado<sup>11</sup>, Volmir José Brutscher<sup>12</sup>

### **Abstract**

In the field of health initiatives, Popular Education constitutes a social work, in which action is guided by dialogue, sharing of knowledge committed to social transformation, based on utopias as equal rights for all, and human, social and material emancipation. Each day, the theoretical and practical production from the experiences of Popular Education in Health (EPS) is qualified. Thus, a theoretical field becomes evident as a theory of social work in health; a conception raised to epistemology with ethical, theoretical and methodological principles. In this essay, we will share reflections on EPS, pointing out provocations in order to feed the debate and self-assessment thinking of the protagonists of EPS movements and practices across the country in the face of the demanding challenges of the next decade. Among the aspects developed, the following stand out: the centrality of the insistence on the promotion and improvement of popular participation in daily health care; the ethical, political and epistemological dimension of EPS to act in health; the need to transcend methodologicalism; and EPS in the face of ultraliberalism and ultraconservatism in society and public spaces.

### **Keywords**

Popular Health Education. Collective health. Acting in health. Social movements. Health work. Health training. Social work.

---

<sup>7</sup> This production is based on the collective reflections of the evaluation of the conference panels presented in the II Thematic Seminar of the Thematic Group for Popular Education and Health of the Brazilian Association of Collective Health (Brazilian acronym GT EPS/ABRASCO). It occurred from 4th to 5th February 2000 in Parnaíba, State of Piauí, Brazil.

<sup>8</sup> PhD in Education, Federal University of Paraíba, Brazil; professor at the Health Promotion Department at the Medical Sciences Center in the same institution; member of GT EPS/ABRASCO. E-mail: pedrojosecruzpb@yahoo.com.br.

<sup>9</sup> PhD in Public Health, Federal University of Ceará; Brazil; professor at the Health Sciences Center, State University of Ceará, Brazil; member of GT EPS/ABRASCO. E-mail: rocineideferreira@gmail.com.

<sup>10</sup> PhD in Education, Federal University of Rio Grande do Sul, Brazil; professor of Medicine course, Federal University of Fronteira Sul, Passo Fundo *Campus*, State of Rio Grande do Sul, Brazil; member of GT EPS/ABRASCO. E-mail: vanderleia.pulga@gmail.com.

<sup>11</sup> PhD in Education, Federal University of Paraíba, Brazil; professor in the Department of Social Service at the Center for Human Sciences, Letters and Arts, *Campus* I in the same institution; coordinator of the Study and Research Group on Popular Education, Social Work and Social Movements (GEPEDUPSS). E-mail: prof.alinemachado23@yahoo.com.br.

<sup>12</sup> PhD in Education from the Federal University of Paraíba, Brazil; professor of the Pedagogy course at the University of Pernambuco, *Campus* Mata Norte, Brazil. E-mail: vdbrutscher@gmail.com.

## Introdução

A Educação Popular em Saúde (EPS) constitui uma concepção do agir em saúde que nasce a partir de movimentos contra hegemônicos, de quem se espanta e se indigna não apenas com a imaginação da sociedade como seria ou como foi, mas, principalmente, com a constatação do que é hoje e como será seu futuro caso os sujeitos dessa sociedade não criem saídas para a superação das ideologias dominantes e desumanizantes.

Pela EPS, movimentos sociais, ainda ensaiando propostas e práticas, organizem-se em projetos. Desde sua origem, por meio de vários movimentos e práticas comunitárias na década de 1970, a EPS configura-se em um privilegiado espaço de experimentação e consolidação de novas formas de atuação em saúde. Todavia, não basta conformar uma série de experiências inconformistas e subversivas ao cenário da saúde dominante se não houver diálogos interculturais e transdisciplinares acerca dessas realizações. Reside aí a inovação trazida pelo movimento de EPS e seus coletivos nacionais, ao dar corpo e identidade à diversidade de realizações populares em saúde espalhadas pelo país.

Com cinco décadas de existência, os protagonistas dos movimentos e das práticas de EPS vivenciaram e participaram de conquistas e desafios, dentre os quais: o estabelecimento da Constituição Cidadã, em 1988; a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) no mesmo ano; a criação e progressiva ampliação da Estratégia Saúde da Família e o protagonismo em projetos, programas e espaços institucionais desde 2003, no contexto do Governo do presidente Lula, confluindo na criação da Política Nacional de EPS (PNEPS-SUS), no ano de 2013, após ampla articulação, mobilização e organização nacional dos movimentos e coletivos de EPS.

No seio das iniciativas da área da saúde, a educação popular configura um trabalho social, no qual a atividade é orientada pelo diálogo, no compartilhamento de conhecimentos comprometidos com a transformação social, assentada em utopias como direitos iguais para todos, emancipação humana, social e material.

Educação popular [...] jamais separa do ensino dos conteúdos o desvelamento da realidade. É a que estimula a presença organizada das classes sociais populares na luta em favor da transformação democrática da sociedade, no sentido da superação das injustiças sociais [...] critica também a natureza autoritária e exploradora do capitalismo. (FREIRE, 2007, p. 103-105).

A cada dia, qualifica-se a produção teórica e prática provinda das experiências de EPS. Com isso, vai se evidenciando em um campo teórico como uma teoria do trabalho social em saúde; uma concepção alçada à epistemologia possuidora de princípios éticos, teóricos e metodológicos. Uma metodologia de inserção na realidade concreta das classes populares – e que valoriza a convivência, o protagonismo popular individual e coletivo, a construção compartilhada de saberes e conhecimentos, o diálogo, a emancipação, a amorosidade nas relações humanas, sociais, políticas, culturais e com outras formas de vida, em detrimento da violência e do ódio impostos pelo capital e seus reprodutores – mantém-se aberta e desenvolve-se de acordo com a diversidade social, cultural e criativa dos contextos onde é realizada.

A EPS pressupõe a participação ativa de seus protagonistas no cotidiano das classes populares, inserindo-se em diversas frentes. Em muitas experiências, a participação verifica-se primeiramente por meio das vivências, na qual os educandos passam a conviver com a comunidade, suas realidades, contradições. Não há trabalhos preestabelecidos a fazer, ou normas a seguir, nem metas doutrinárias a cumprir. O principal objetivo é a observação ativa, curiosa, atenciosa e crítica; a postura de aprendiz, diante da diversidade de sabedorias presentes no cotidiano popular. Escutar o povo, viver sua realidade e deixar que as ações sejam demandadas nesse diálogo. A partir de então, em muitas experiências, essa vivência inicial segue com o engajamento nas ações sociais existentes nas comunidades; ou mesmo pelo estímulo à criação de ações que incentivem a participação política e o cultivo do espírito de cidadania no contexto – seja uma comunidade ou um espaço institucional do SUS, seja uma escola ou uma associação de moradores ou, ainda, uma sala de aula da graduação ou da pós-graduação.

Continua nos parecendo essencial que os atores da EPS empreendam investigações e reflexões críticas acerca de suas realizações, bem como filosofem sobre o agir em saúde, dando densidade a temas nevrálgicos que emergem a partir da dialogicidade assumida como princípio condutor de processos. Em um contexto no qual a ação social ainda é extremamente marginalizada, pouco apoiada e reconhecida, precisa-se urgentemente de pensadores<sup>13</sup> que reflitam de modo crítico, amoroso, libertário e participativo, possíveis caminhos para o avanço constante da EPS.

A EPS coloca-se rumo à efetivação de uma ética no *que fazer* em saúde, orientada pelas diferentes manifestações de criatividade libertadora, na invenção de uma vida em

---

<sup>13</sup> Como reivindica em suas obras José Francisco de Melo Neto (2014).

sociedade plena de realizações culturais, espirituais e de trabalho digno, na perspectiva de superação do predomínio e submissão aos mandos e desmandos do mercado capitalista globalizado.

Nas próximas páginas, teceremos um ensaio, no qual compartilharemos reflexões sobre a EPS, apontando provocações com o intuito de alimentar o debate e o pensamento autoanalítico dos protagonistas dos movimentos e das práticas de EPS em todo o país, ampliando a mobilização de perspectivas de suas experiências diante dos exigentes desafios apontados para a próxima década, muitos dos quais colocam em ameaça avanços históricos, como o SUS, e também podem repercutir em retrocessos civilizatórios nas relações sociais e nas ações dos serviços de saúde.

### **A centralidade da insistência na promoção e no aprimoramento da participação popular no agir cotidiano em saúde**

Santos *et al.* (2019) registram uma série de estudos que apontam e reforçam a predominância preocupante de um estilo de participação das pessoas na saúde restrito às decisões relacionadas aos seus tratamentos, muitas vezes, ao mero relato dos sintomas, com baixa autonomia pessoal e coletiva em relação a seus tratamentos, com pouca informação. Mesmo facultando às pessoas a possibilidade de relato sobre sua condição de saúde, o mesmo fica centrado em sintomas, e há uma centralização das decisões nos profissionais de saúde. Diante de tal realidade, os autores ainda apontam como desafio o aumento da participação dos usuários no cotidiano dos serviços de saúde e a superação de práticas tutelares para uma produção maior de autonomia.

Em uma perspectiva histórica, os processos de promoção da saúde, no Brasil, não são apenas protagonizados por profissionais de saúde (VASCONCELOS, 2015; 2017). Práticas protagonizadas por movimentos sociais e grupos populares, no contexto de ações comunitárias, têm desenvolvido saberes e formas de construção do cuidado integral (AYRES, 2001) das pessoas, garantindo uma atenção humanizada e apontando, no espaço público, caminhos significativos para a constituição de modos de cuidado em saúde efetivamente adequados para a realidade dos vários territórios e coerentes com os modos de viver, sentir, pensar e agir das pessoas (VALLA, 2014). Por isso, mobilizando outros modos e novas possibilidades de participação e cuidado que contribuam para a resolutividade dos principais problemas de saúde da população brasileira.

O agir em saúde protagonizado pelos movimentos sociais e pelas práticas populares produz sentidos, significados, metodologias, aprofundando também princípios ético-políticos que podem servir para embasar as práticas em saúde como um todo, inclusive aquelas situadas no interior dos serviços de saúde institucionais (PEDROSA; OLIVEIRA, 2014). Sobretudo, perspectivas que estão profundamente vinculadas aos modos de sentir, de pensar e de agir da população, contemplando o protagonismo de seus sujeitos e de seus grupos (organizados ou informais) no sentido de produzirem cuidado, de enfrentarem os determinantes sociais de saúde e de mobilizarem caminhos de construção da saúde de forma atrelada à qualidade de vida e ao bem viver.

Vasconcelos (2015) aponta, em sua obra *Educação popular e atenção à saúde da família*, que existe um “fosso cultural” que distancia a população e seus modos de viver, sentir, pensar e agir, da lógica dominante de estruturação dos serviços de saúde (VALLA, 2014). Isso se dá, especialmente, pela hegemonia de um modelo assistencial que, particularmente no Brasil, passa a ser predominante na década de 1960, com a perspectiva de uma saúde biomédica, privatista e hospitalocêntrica.

Conforme *As cartas de Promoção da Saúde* (BRASIL, 2002), é a partir da década de 1970 que várias experiências de construção de processos de promoção da saúde recebem destaque por apontarem caminhos alternativos e propositivos de novas possibilidades, sobretudo pela valorização e pela inclusão das iniciativas populares, dos saberes ancestrais comunitários e de suas práticas sociais no processo de cuidado em saúde. Assim, a própria epistemologia do que é o processo saúde-doença e do que envolve o agir em saúde foi ganhando vários novos contextos e novas nuances (ALBUQUERQUE; STOTZ, 2004; OLIVEIRA, 2017; STOTZ; DAVID; WONG-UN, 2005). A perspectiva popular dessas práticas não correspondia tão somente a sua origem ou a seu público, mas à orientação teórico-metodológica de suas realizações, configurando-se como uma importante concepção do pensar e do agir em saúde.

Essa perspectiva implica, na compreensão de Calado (2014, p. 361):

[...] um processo [...] continuamente alimentado pela utopia em permanente construção de uma sociedade economicamente justa, socialmente solidária, politicamente igualitária, culturalmente diversa, em um processo coerentemente marcado por práticas, procedimentos, dinâmicas e posturas correspondentes ao mesmo horizonte.

Com discussão e com ampla produção científica nessa direção, a partir de vários autores, principalmente da saúde coletiva, conseguiu-se formular um entendimento de que as

práticas de saúde são potencializadas quando construídas de forma compartilhada (CARVALHO; ACIOLI; STOTZ, 2001) entre os saberes de ordem técnica e científica - protagonizados pelos profissionais de saúde, juntamente com aqueles saberes “de experiências feitas”, conforme fundamentado por Freire (2005), ou seja, todos aqueles tipos de saberes que são produzidos e acumulados ao longo da experiência humana e socializados e compartilhados nos territórios, nas comunidades, nas famílias e nos diversos grupos sociais (ALBUQUERQUE; STOTZ, 2004; PEDROSA, 2012). Sendo assim, o agir em saúde ganha riqueza de possibilidades de intervenção, de ação e de transformação em uma construção dialógica e respeitadora entre esses diversos saberes, valorizando a relevância e o significado potente que cada um possa ter para a resolução dos problemas de saúde (OLIVEIRA, 2017; VASCONCELOS, 2017).

Desde os anos de 1970, processualmente, a perspectiva da EPS foi se consolidando como um eixo estruturante sobre o qual se alicerçam trabalhos em saúde e, concomitantemente, atividades educativas e estratégias elementares para a dinamização da promoção da saúde de forma articulada com a cidadania, em que se estimula o protagonismo da população, a interação cultural e o fortalecimento dos movimentos sociais, vitais para a emancipação e a conquista de condições de trabalho e de vida com qualidade, dignidade e alteridade (BRASIL, 2002; CALADO, 2014; CRUZ, 2010; OLIVEIRA, 2017).

Como asseveram Bonetti, Chagas e Siqueira (2014), a partir de 2009, um marco histórico importante passa a ser lapidado, através da reivindicação, da luta, da proposição e, por conseguinte, da conquista da PNEPS-SUS, a qual foi construída de modo participativo pelo Ministério da Saúde que tinha uma agenda pública de compromisso democrático e, também, pelos vários coletivos orientados pela EPS e por vários movimentos sociais, através do Comitê Nacional de EPS (CNEPS).

Conforme Ayres (2001), a Política Nacional de Educação Popular em Saúde (PNEPS-SUS), a partir de vários itens, recomendações, princípios, diretrizes e propostas de planos operativos, colocou como eixo central a contribuição dos movimentos e das práticas populares para as ações de saúde, sobretudo, no que diz respeito à potencialização dos processos de cuidado integral na ótica da humanização em saúde com a valorização da mobilização social de caráter intersetorial, interprofissional e transdisciplinar. Nesse contexto, assinalando a relevância desses movimentos não apenas como uma vertente de fiscalização e de monitoramento do sistema de saúde, das políticas e dos serviços, mas, também, ampliando o entendimento de controle social no âmbito de uma participação proativa, propositiva, crítica e solidária, dos movimentos para com o SUS e seus vários espaços, pressupondo a inserção

dos cidadãos e das cidadãs como coautores dos processos de promoção da saúde em seus territórios (BRASIL, 2012; PEDROSA, 2012).

Assim, as abordagens educacionais orientadas pela EPS procuram desenvolver a formação das pessoas para a atuação em saúde direcionada por um processo coletivo de produção e socialização do conhecimento que possibilita a leitura crítica da realidade como ponto de partida do cuidar. Suas práticas educativas se inserem em uma concepção emancipatória e se vinculam a um projeto político e social de defesa da transformação da realidade em curso, particularmente no que tange aos processos de exclusão.

### **A EPS constitui uma perspectiva ética, política e epistemológica para o agir em saúde**

A Educação Popular é comprometida com a construção de uma sociedade justa, democrática. Ela parte da realidade da população, disseminada pelos movimentos sociais e valoriza a dialogicidade, a horizontalidade e o conhecimento prévio do sujeito. Promove a autonomia por meio da ação-reflexão-ação. É a expressão do movimento cultural. (PINI, 2019, p. 11).

Não estamos falando sobre qualquer tipo de formação, nem qualquer perspectiva educativa. A discussão da EPS sobre formação possui, claramente, uma intencionalidade delineada e explícita, espelhada em um entendimento teórico e filosófico sobre a educação. Para discutir a relação dessa pedagogia com a formação, precisamos também desenvolver esta reflexão. Afinal, como podemos pensar em políticas de formação sem imaginar que tipo de educação queremos? Acreditamos que uma pista relevante está evidenciada por Santos (2003) em sua discussão sobre educação. Parece-nos bastante importante retomar a análise que ele empreende quanto à aplicação técnica e à aplicação edificante da ciência. Para o referido autor, na aplicação técnica da ciência convertem-se os problemas sociais e políticos em problemas técnicos, solucionáveis, portanto, cientificamente, com total eficácia e suposta “neutralidade social e política”. Nesse sentido, o cientista toma para si a resolução dos problemas, trazendo para a Universidade o papel redentor de quem conhece os melhores caminhos para o desenvolvimento humano e social. Ainda por essa perspectiva, observamos existir o princípio da neutralidade, o que indica estar o cientista (ou, podemos pensar, o universitário) fora da situação existencial em que incide a aplicação, não sendo em nada afetado por ela. Ademais, de acordo com Oliveira (2006), a aplicação assume como única a definição de realidade dada pelo grupo dominante da sociedade, escamoteando os conflitos e silenciando possíveis alternativas. Ou seja, ao lidar com as classes subalternizadas,



desconsidera qualquer possibilidade de que tenham, seus sujeitos, criatividade para encontrar saídas e formas de enfrentamento dos problemas.

Por outro lado, para Oliveira (2006), em diálogo com Santos, é necessário se investir em uma aplicação edificante da ciência, a qual aparece como alternativa ao modelo acima citado. Nessa outra proposta, a aplicação sempre acontece em uma situação concreta e o cientista está existencial, ética e socialmente comprometido com o impacto da aplicação. Distancia-se da ilusória neutralidade científica antes citada. Ao deparar-se com a realidade, na perspectiva aqui evidenciada, o cientista/extensionista não só procurará, mas reforçará as definições alternativas e emergentes da realidade, investindo, para isso, nos vários saberes e práticas locais. Durante a aplicação, Oliveira (2006) esclarece que se privilegia a argumentação e a crítica, em lugar da naturalização ou explicação mágica da realidade.

Nessa direção, apresenta-se um modelo de formação cuja base ética e filosófica vai, inevitavelmente, de encontro com a atual estrutura educativa hegemônica, o que nos leva a outro desafio: imaginar e construir outro modelo de universidade e de escola. Santos (2003) indica, para isso, a necessidade de se pensar em uma Universidade Popular dos Movimentos Sociais. Afirma que essa proposta emerge da necessidade premente de avanço qualitativo dos esforços dos movimentos sociais e Organizações Não Governamentais (ONG) genuinamente progressistas de um lado, e de cientistas sociais e intelectuais de outro. Para ele, falta aos movimentos nos dias de hoje teorias que lhes permitam refletir criticamente sobre a sua prática, de modo mais sistemático e consequente, esclarecendo os métodos e os objetivos que os mobilizam. Por outro lado, cientistas sociais e intelectuais, isolados das novas práticas e dos novos agentes de mudança social, não têm condições para contribuir para essa reflexão crítica e para esse esclarecimento, chegando, muitas vezes, a torná-los mais difíceis ao continuar insistindo em conceitos e teorias que não se adequam às novas realidades concretas. Nessa perspectiva,

[...] a proposta da Universidade Popular dos Movimentos destina-se a contribuir para pôr fim a este desencontro e à dupla carência em que ele se traduz. O seu objectivo último é superar a distinção entre teoria e prática, fazendo com que uma e outra emergam reciprocamente esclarecidas de um encontro sistemático entre os que predominantemente se dedicam à prática da transformação social e os que predominantemente se dedicam à produção teórica. A formação pretendida é assim dupla. Por um lado, formar ativistas e líderes comunitários dos movimentos sociais e das ONGs, fornecendo-lhes quadros analíticos e teóricos que lhes permitam aprofundar a compreensão reflexiva da sua prática – dos seus métodos e dos seus objetivos – de modo a melhorar a sua eficácia e a sua coerência. Por outro lado, formar cientistas sociais/intelectuais/artistas interessados no estudo dos novos processos de

transformação social, dando-lhes a possibilidade de um diálogo direto com os seus protagonistas e assim identificar e, na medida do possível, eliminar a discrepância entre os quadros teóricos e analíticos em que foram treinados e as necessidades e aspirações concretas das novas práticas transformadoras. (SANTOS, 2003, p. 5).

Tomando como base essa proposta, podemos, ainda, enriquecê-la ao considerarmos a concepção de Universidade Popular sistematizada a partir do corpo teórico da educação popular, por autores comprometidos com as causas populares. Para Melo Neto (2012), a universidade popular só tem sentido se for pensada e praticada no tecer cotidiano de outra perspectiva de universidade para o mundo, sem necessariamente precisar se afastar ou ir ao paralelo das atuais universidades. Ou seja, construir uma universidade popular não apenas dos movimentos sociais, ou para eles, e paralela àquelas já existentes. Nessas mesmas, ir pela educação popular, tecendo mudanças por dentro, de modo que vá tomando forma – por meio de ações inovadoras e questionadoras de extensão, de pesquisa, de ensino e de movimento social – outra instituição diferente dessa que aí está, forjada, agora sim, por movimentos e cientistas sociais interessados na construção de outras hegemonias mundo afora. Universidade popular porque é alicerçada no trabalho social que tem a intencionalidade de articular também ações de ensino e pesquisa, mas não para qualquer fim, e sim para a superação das desigualdades e promoção dos setores mais excluídos da sociedade. Construindo esforços concretos, gerando reflexões e movimentos que sigam caminhando para as mudanças pretendidas.

A Universidade Popular tem por objetivo a socialização e a aplicação do conhecimento adquirido pela humanidade. Passa a ser herdeira desse conhecimento com o compromisso de repassá-lo a todos os povos, em especial àqueles com maiores dificuldades econômicas, geradas, em sua maioria, pela exploração do sistema do capital em que estão envolvidos. A Universidade Popular cuidará da preparação de profissionais para o mundo do trabalho, empenhando-se em atender as necessidades de cada nação. Dedicar-se-á à educação do indivíduo, estimulando o aprendizado ético da solidariedade entre os povos. (MELO NETO, 2012, p. 16).

Nessa universidade, a ciência e a pesquisa constituem pilares fundantes de uma intencionalidade política e social transformadora, articulada necessariamente com a luta tensa, contraditória e cotidiana de construir um novo mundo possível. Ao denunciar a chamada universidade operacional, na qual não se forma e não se cria pensamento crítico, Marilena Chauí (2001) reivindica princípios para a pesquisa, que avaliamos como essenciais nesse paradigma de universidade e formação. Para a autora, necessita-se na universidade de

investigação de algo que nos lance na interrogação, que nos peça reflexão, crítica, enfrentamento com o instituído, descoberta, invenção e criação, em um trabalho de pensamento e linguagem para pensar e dizer o que ainda não foi pensado nem dito. Com isso, Chauí (2001) propõe, essencialmente, uma ação civilizatória contra a barbárie social e política em voga em nosso mundo. Para Melo Neto (2012, p. 58):

A Universidade Popular será instrumento de mudanças, na medida em que tentará reverter a realidade em que esteja instalada. A superação mais radical pretendida é o aproveitamento das contribuições daqueles que colaboraram para a humanidade, de alguma maneira, nos limites e potencialidades de cada conjuntura. Nessa ação desafiadora buscará a condição de possibilidade de que a todos os setores da sociedade sejam asseguradas suas expressões, mantendo-se, contudo, o olhar voltado àquelas necessidades das maiorias da população. A Universidade Popular assegura que não se fecharão caminhos para as potencialidades individuais e de grupos, sem haver garantias de novas aberturas e possibilidades.

Percebemos, então, que o projeto de um novo modelo de universidade encontra-se necessariamente nas diversas práticas contra hegemônicas no cenário acadêmico com eixos específicos e interessantes: a superação da dicotomia entre teoria e prática; a construção de uma utilidade emancipatória para qualquer uma das práticas acadêmicas; e, finalmente, a intencionalidade política. Ou seja, queremos chegar a algum lugar com tudo isso, um lugar obviamente diferente daquele esperado pela educação conservadora e subserviente ao capital.

### **Transcender o metodologismo: EPS implica processo, participação, criatividade, invenção e compromisso com o concreto vivido**

É interessante notar algumas diferenças significativas dessas para outras propostas de metodologias ativas na formação em saúde. Em primeiro lugar, as metodologias utilizadas em EPS não se limitam à pontualidade do momento em que são implementadas. Ou seja, a escuta, o incentivo à participação, o estímulo à partilha de saberes, a abordagem amorosa não consistem apenas de dimensões abordados por dinâmicas educativas específicas, mas encontram-se contempladas na globalidade dos processos desenvolvidos no interior do movimento, o que se pode constatar pela insistência de inserir tais princípios desde sua base, na organização e no planejamento de suas ações. Desse modo, a perspectiva da educação popular não tem hora marcada para começar no início da experiência educativa com término ao final da dinâmica realizada. Os membros do movimento buscam inseri-la como inspiração

metodológica e política em todo o processo de construção e desenvolvimento das ações do movimento.

Atualmente, o debate em torno das metodologias ativas de ensino e aprendizagem tem sido intensificado. Reparando com atenção, poderemos observar nessa perspectiva um *metodologicismo* marcante, espelhado na ênfase conferida a dinâmicas educativas ou propostas metodológicas específicas, como se todo o processo educativo se resumisse ao momento em que se realizam ações educativas e dinâmicas. Prende-se a “receitas” de como fazer essa ou aquela reflexão por meio de uma ação educativa. Pela EPS, a “receita” é não ter receita. Ou seja, não centrar o processo metodológico na própria metodologia e em dinâmicas específicas. A metodologia não pode ser escrava dela mesma e de suas tecnologias. Deve, essencialmente, resultar da inspiração teórica e das considerações inequívocas do tempo, dos saberes, dos sabores momentâneos do movimento. Somente assim uma dinâmica ou outra ganhará sentido, e a metodologia vai tomando corpo e forma a partir das reais necessidades do movimento. Mais do que isso: a metodologia vai conformando um diálogo intenso com a intencionalidade mesma do processo como um todo no qual se desenvolve as ações. É o horizonte almejado que forja as metodologias adotadas no interior do movimento.

Muitos trabalhos de metodologias ativas detêm essa proatividade somente na sala de aula ou no âmbito educativo formal. O próprio serviço de saúde e o mundo circundante parecem não constar como focos significativos dessa ação. Diante desses elementos, compreender ser prioritário, no atual cenário de discussões da formação em saúde, enfocar o trabalho social como base para o encontro das pessoas com o mundo e sua realidade social, permitindo-lhe conhecer as camadas populares, sua dinâmica de vida e sobrevivência. Pouco será possível fazer de diferente na formação em saúde sem um encontro sincero e efetivo das pessoas em formação com o mundo e com o outro. Pelo trabalho social, os aprendizados vão se dando de modo mais significativo, pois estão intimamente conectados com ações que se quer empreender e sonhos que se quer conquistar. Estuda-se não para a prova, mas para atuar melhor. Pesquisa-se não para obter louros acadêmicos e publicações, mas para compreender melhor o mundo e os outros e contribuir para transformar as relações e as estruturas sociais.

### **EPS diante do ultraliberalismo e do ultraconservadorismo na sociedade e em espaços públicos**

Não é possível pensar nem promover qualquer processo de EPS sem ter em mente (e também na finalidade de cada ação) o contexto social e político vivido pelas pessoas.

Também não é possível fazê-lo sem uma intencionalidade política cristalina de busca incessante pela superação de quaisquer processos de injustiça social, de exclusão e de opressão; de modo geral, a superação de todo agente que impeça a possibilidade de *ser mais*<sup>14</sup> das pessoas na perspectiva da emancipação social, humana e política de cada indivíduo, dos seus grupos e da busca pela felicidade. Nesse sentido, não podemos relativizar situações ou nos permitir “fechar os olhos” para a atual realidade social vivenciada no Brasil e no mundo. Uma realidade, a qual presencia, cada vez mais, a sucessão de tentativas de reestruturação do capitalismo, a partir de suas próprias crises, especialmente, a partir do ano de 2008, com a grave crise do mercado financeiro mundial.

É sabido que, em seus séculos de existência e de desenvolvimento, o modo-de-produção capitalista perdura até a atualidade justamente pelo fato de seus operadores terem a habilidade de encontrar, em caminhos alternativos e criativos, novas formas de estruturar sua aplicação junto às sociedades e às nações, de forma que seus princípios balizadores permaneçam sendo alcançados. Isso se evidencia, particularmente, na mobilização de riqueza, lucros e de dividendos para um pequeno grupo de capitalistas em detrimento da exploração da mão-de-obra da maioria das pessoas e da destruição da natureza. Como nos diz Marques (2013), cada vez mais decorre uma “sacralização” do mercado, a qual se configura como um ideário que justifica e fundamenta transformações no âmbito de sistemas econômicos, políticos e sociais, por um lado, encaminhando a reestruturação do modelo capitalista, por outro, impactando em consequências brutais para as relações de trabalho e no trabalho. Para proteção desse mercado “sagrado”, enxugam-se, por exemplo, investimentos em políticas sociais de garantia dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras.

A imposição de uma lógica econômica e financeira, de contornos globais, configura um “novo espírito do capitalismo”, ou seja, uma espécie de divinização da ordem natural das coisas. Convertidos em “absolutos sociais”, os princípios de produtividade e competitividade assumem a força da retórica discursiva e política, com inscrição nas práticas sociais, pelo que o mercado de trabalho e, muito em especial, a “força de trabalho” se convertem numa mercadoria como qualquer outra. [...] a desregulação do mercado de trabalho e a perda das conquistas laborais do século XX, com particular impacto nos diversos grupos sociais, são condições indispensáveis para a institucionalização de um regime de acumulação flexível e de uma “adequada” regulação social. (MARQUES, 2013, p. 1.546).

---

<sup>14</sup> Nas palavras de Fernandes e Silva (2017, p. 54), *ser mais* constitui um processo humanizador – próprio da pedagogia freiriana – cujo horizonte está na busca por “superar as formas de desumanização e de alienação, para, junto com outros seres humanos, desenvolver reflexividade e atuação crítica sobre a realidade que, histórica e inacabada, é passível da atuação transformadora dos sujeitos; é fazer-se sujeito de seu processo. Da ação transformadora dos homens e mulheres sobre seu mundo resulta sua humanização”.

Nos últimos anos, desde a grande crise econômica e financeira ocorrida, inicialmente, nos Estados Unidos, em 2008, o capitalismo, que já vinha se reestruturando a partir do modelo neoliberal, a datar dos anos de 1990, passa a encontrar formas de se fortalecer. Em estudo recente, Andrade (2019) situa duas explicações predominantes nas ciências sociais para o neoliberalismo.

A primeira pensa o neoliberalismo como uma política de classe inspirada em uma ideologia econômica que busca ampliar a mercadorização, dando origem a formas de “acumulação por espoliação”. Enfatizam-se a expansão e a renovação dos mercados globais, da privatização, da financeirização, dos modelos de gestão e de exploração do trabalho, expandindo as áreas e intensificando as formas de acumulação capitalista. Essa é a posição dos marxistas [...], da qual Pierre Bourdieu não está distante. A segunda explicação enfatiza, no neoliberalismo, o fenômeno da “economização”, ou seja, a promoção não apenas da expansão dos mercados *per se*, mas do modelo de mercado, com a difusão da concorrência, da forma empresa e de técnicas econômicas de avaliação e ranqueamento para esferas da vida fora do mercado. O foco recai nas lógicas normativas e institucionais, e a dominação de classe e a financeirização são vistas mais como resultado que como causa dessa transformação da racionalidade política. Busca-se compreender assim a reestruturação do Estado, das instituições, das empresas e das disposições subjetivas. Esse é o viés dos foucaultianos [...], de Loïc Wacquant, da abordagem weberiana de William Davies e de neorregulacionistas como Jamie Peck, Nick Theodore e Neil Brenner. (ANDRADE, 2019, p. 112-113).

Nas palavras de Andrade (2019), o neoliberalismo não apenas sobreviveu às graves crises financeiras das últimas décadas e aos protestos internacionais que lhe seguiram, mas aprofundou e acelerou o ritmo de suas reformas. Nessa perspectiva, desde os anos de 1970 a agenda neoliberal rompe com a ideia de *Welfare State*, ou Estado de Bem-Estar Social, para proteger os lucros e dividendos com o enxugamento intenso da máquina Estatal, mesmo que essa retirada de investimentos coloque em risco, ou mesmo elimine, o empreendimento de compromissos financeiros por parte do Estado em aplicações em áreas de direitos sociais e humanos essenciais. Nessa direção, um fenômeno recente está na mudança do *Welfare State* para o *workfare*, no qual,

[...] seja por meio da redução do benefício [das políticas de proteção social], seja por aumento das condicionalidades [para ter acesso à proteção social], levando o beneficiário a se comprometer em melhorar sua qualificação e inserir-se no mercado de trabalho em posições que as políticas públicas lhe oferecem. Ou seja, preparar, mais que reparar. [...] Em outros termos, aqueles que não se adequarem à dinâmica produtiva não têm lugar nesse modelo - os dejetos - no qual a solidariedade dá lugar à produtividade como organizador da sociedade. (FLEURY, 2018, p. 113).

Na atualidade, essa agenda torna-se ultraliberal por seu aprofundamento e seu total descompromisso com a questão social. Essa agenda de cunho eminentemente ultraliberal vem dominando a pauta econômica nas gestões de vários países e na política de várias agências governamentais de todo o mundo. Se a perspectiva neoliberal previa a preocupação com o fortalecimento de um denominado “terceiro setor” (especialmente via “papéis sociais” ou “contrapartidas sociais” das empresas, bem como pelas ONG) para a promoção de políticas sociais de cunho assistencialista e compensatório, a agenda ultraliberal recentemente fortalecida tem o preconceito e a exclusão social como principais marcas. Aprofunda-se um forte viés de cortes de direitos humanos fundamentais, resultando em algumas das mais nefastas consequências à classe oprimida. Ou seja, a implementação de medidas austeras a fim de eliminar investimentos públicos feitos pelos Estados no aporte financeiro para garantia de direitos sociais e humanos essenciais, como a saúde, a educação, a moradia, a previdência, a assistência e proteção social, entre outros.

Dos efeitos dessas políticas de austeridade, destacam-se processos visíveis de falências, desemprego (atingindo em especial a juventude), redução de salários, precarização das condições de trabalho, aumento no endividamento público e privado, crescente desmonte das condições de prestação dos serviços públicos, aumento nos níveis de desigualdade social, dificuldades econômicas e sofrimento social nos setores que já eram marginalizados.

A operacionalização das políticas de proteção social foi, conforme Fleury (2018), progressivamente, perdendo seus fundamentos de apoio social em meio a reestruturações do capitalismo em suas crises. Distancia-se cada vez mais da ideia de cidadania como conquista de classe, e, em seu lugar, enxergam-se gradualmente as pessoas em situação de vulnerabilidade como beneficiárias, que devem ser acomodadas como consumidores. De modo que, aos “esfarrapados do mundo<sup>15</sup>”, apresenta-se como “alternativa” a possibilidade da iniciativa privada cuidar dessas “despesas sociais”. Tais dispêndios são caracterizados como gastos, construindo uma ideia junto à sociedade e aos vários grupos sociais de que os aportes financeiros dedicados à saúde, educação, assistência social e previdência social são, na verdade, gastos que consomem de maneira violenta as contas dos estados e que comprometem o equilíbrio fiscal dos países. Tal falácia constrói uma narrativa negativa frente à garantia dos direitos sociais que devem ser, indubitavelmente, afiançados pelo Estado. É fortalecida uma

---

<sup>15</sup> Como denominou Freire na Apresentação de *Pedagogia do Oprimido* (FREIRE, 2005).

perspectiva individualista em detrimento de uma análise de classes sociais, a aceitação da dinâmica atual do capitalismo como imutável e inexorável (o fim da história), e, finalmente, a inexistência de evidências que provem a relação causal entre aumento da qualificação e transformação da estrutura produtiva e social, com redução da pobreza e da exclusão. (FLEURY, 2018, p. 113).

Nessa conjuntura, esse processo, particularmente no Brasil, teve seu desenvolvimento aprofundado a partir do golpe parlamentar imposto à presidenta eleita Dilma Rousseff. Como analisa Souza (2016), tal golpe constitui um fenômeno novo na história das tensões entre capitalismo e democracia e somente ganha contornos concretos de possibilidade e realização mediante um acordo tácito entre considerável maioria do Judiciário e do Legislativo. Nesse sentido, Souto *et al.* (2018, p. 133) asseveram que

a associação de uma justiça escancaradamente seletiva, um parlamento comprado, uma mídia partidarizada, uma base social radicalizada criou o clima insurrecional que possibilitou o golpe. [...] o protagonismo da classe média conservadora [...], uma fração privilegiada, branca e bem-vestida, que passava a impressão de defender o ‘interesse nacional’: uma mudança para o melhor para todos.

O golpe de 2016 retirou do poder um programa de governo eleito legitimamente nas eleições de 2014 – no qual, mesmo com contornos econômicos neoliberais e políticas sociais desenvolvimentistas, havia preocupações com a questão social, daí alguns intelectuais, a exemplo de Bresser Pereira (2006) o denominarem de Novo-desenvolvimentista – e implementou políticas de corte de direitos sociais. O Governo de Michel Temer passou a desenvolver de forma vasta os aspectos do ultraliberalismo em sua agenda política e econômica, tendo como acréscimo nessa agenda a perspectiva do ultraconservadorismo. Como exemplos, podem-se constatar, particularmente, a aprovação de uma reforma trabalhista que reduz e elimina direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora brasileira; a aprovação da reforma da Previdência Social, que acentua diferenças e privilégios, ensejando a diminuição da proteção social do Estado às pessoas em situação de vulnerabilidade, deficiências e terceira idade, afetando, principalmente, as camadas populares; e a agenda robusta de privatizações e de diminuição da máquina Estatal Brasileira.

[...] preocupam sobremaneira as decisões recentes do governo e do Congresso brasileiros de barrar a expansão do gasto social, o que na prática representará sua contração em termos de proporção da riqueza anual, expansão que, como vimos, tem sido o principal dique a conter desigualdades e pobreza desabridas no mundo contemporâneo. Soma-se a



essa iniciativa a reforma da legislação trabalhista aprovada em 2017, que institucionaliza condições precárias de informalidade no emprego. Deve-se ainda acrescentar a ausência na agenda governamental de qualquer preocupação em tornar progressivo um sistema tributário altamente regressivo, baseado em impostos indiretos, com poucos tributos progressivos – o principal deles, o imposto de renda, regressivo nas altas rendas. (KERSTENETZKY; GUEDES, 2018, p. 2.105-2.106).

No campo da ação social, no sentido de práticas, de experiências, de projetos e de programas dedicados à promoção humana e ao desenvolvimento social e comunitário, vários foram os cortes efetivados. Dentre eles, está o Programa de Apoio à Extensão Universitária (PROEXT), que, desde 2003, vinha disponibilizando um volume considerável de recursos para a comunidade acadêmica, que eram alocados em projetos e em programas de extensão de todo país mediante seleção pública, via edital amplamente divulgado.

Nesse contexto, com a eleição de 2018 e a posse do governo atual, as iniciativas ultraliberais, empreendidas a partir de maio de 2016, provam ter sido apenas pequenos exercícios, uma vez que se passa a instituir, desde janeiro de 2018, medidas ainda mais incisivas no intuito de desresponsabilizar o Estado pelo custeio de políticas públicas que pudessem garantir os direitos sociais e humanos essenciais ao povo brasileiro. O que se pode observar, por exemplo, nos dias de hoje, enquanto escrevemos a presente reflexão, são cortes nos recursos das universidades e institutos federais de ensino como nunca antes vistos na história da República brasileira. Inicialmente, a atual gestão do Ministério da Educação (MEC) determinou corte de 30% no orçamento de custeio de três universidades federais, na Universidade de Brasília (UnB), na Universidade Federal Fluminense (UFF) e na Universidade Federal da Bahia (UFBA), alegando que as mesmas dão espaço a “balbúrdias”. Em seguida, tal corte foi expandido para todas as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Para mais, houve declarações da gestão do MEC e da Presidência da República quanto à diminuição de verbas públicas para os cursos de ciências sociais e de ciências humanas, como filosofia, sociologia, história e outros.

Esse cenário é bastante preocupante, pois, no ano de 2019, colocou em questão o próprio funcionamento da Universidade, entre os meses de setembro a dezembro, impedindo vários de seus serviços e também instaurando cortes para processos de pesquisa e bolsas para pós-graduação.

Coerente com a perspectiva do ultraliberalismo, mas também satisfatória à perspectiva de pensamento único do ultraconservadorismo, o ataque à autonomia das universidades e,

consequentemente, ao direito à educação, constitui fenômeno cada vez mais presente na realidade global. Goergen (2013, p. 741) destaca que, para a educação, a

responsabilização do Estado enfrenta hoje forte oposição por parte dos estrategistas neoliberais, defensores dos direitos privados e da livre concorrência como melhor forma de organização social. Condenando o Estado por considerá-lo oneroso e ineficiente e interessados num novo segmento de mercado e lucro, defendem a privatização da educação e sua submissão às leis do mercado. Restringindo o acesso à educação àqueles que podem pagar por ela, transformam-na em mero produto. Esta estratégia, além de opor-se, em princípio, ao conceito de educação como direito de todos, consagra a desigualdade social e impede a realização dos seres humanos como sujeitos e cidadãos.

É imprescindível notar que, junto com todo esse processo, o avanço do ultraliberalismo é um processo vivenciado não só no Brasil, mas também em outros países da América e em vários outros países. Como diz Castro (2019), a verdade é que o pós-crise de 2008 testemunha movimentos das forças economicamente dominantes no sentido de utilizarem cada vez mais os Estados como financiadores e avalistas de suas ações. Nos últimos anos, esse fenômeno é dinamizado e aprofundado graças a outro movimento crescente, a ascensão conservadora pelo mundo. Os resultados das últimas eleições em países como os Estados Unidos, a Argentina e o Brasil, além de outros, têm utilidade, dentre outros contextos e processos de determinação, para o aperfeiçoamento do modelo de exploração e opressão da força de trabalho. Além disso, a mobilização de uma cruzada ideológica, nominada por Castro (2019, não paginado) de “Internacional Conservadora”, “para avançar em países dirigidos por forças progressistas e trocar seus governos, para que os mesmos, se insiram num processo de aprofundamento de subserviência e entrega de fontes de riqueza”.

Na atualidade brasileira, são diárias as notícias sobre iniciativas do Governo Federal dedicadas ao aprofundamento da economia de cunho ultraliberal, o que vai acumulando consequências graves de desumanização. Nas palavras de Sobrinho (2018, p. 291),

[...] a economia ultraliberal impediu a realização plena e completa da globalização ao entronizar o empreendedor, o consumidor, o indivíduo competitivo e autorreferente, em lugar do cidadão, do sujeito social responsável pela produção da própria vida e pela construção solidária da sociedade. Faltou a globalização da moral, da justiça social e dos projetos de construção civilizacional. O que efetivamente se tornou global foi a economia de mercado impulsionada por um sistema informacional-cultural também global. Mas ao mesmo tempo, a hegemonia global da economia de livre mercado e midiática potencializou a globalização da violência, da

desigualdade, da competitividade sem freios éticos, das guerras e das perdas de referências éticas e valorativas.

O ultraconservadorismo convive com o ultraliberalismo, trazendo outras facetas extremamente preocupantes para a vivência em sociedade, que passa pela lógica fascista que coloca em risco o sentido da promoção humana e da promoção da felicidade das pessoas, de forma geral, e da vida digna de cada uma, especificamente.

Diante do exposto, é cada vez mais urgente entender a educação como um caminho do pensamento crítico, da liberdade de expressão e de posicionamento, por meio do qual pesquisadores, estudantes, docentes e técnicos podem ter a liberdade de escolher os seus fenômenos de estudo. Fenômenos que, inclusive, não são escolhidos pelos gestores de plantão, mas são de livre construção pelos protagonistas do ato de conhecer e do trabalho do conhecimento.

Sobre esses fenômenos, o trabalho livre está em intensificar a capacidade humana de reflexão, de pensamento, de problematização, de análise, a fim de construir constatações, saberes, aprendizados ou outras frentes investigativas que gerem bases importantes para melhorar a convivência e a vida em sociedade. Por conseguinte, melhorar as prioridades e a forma de inserção das políticas públicas de forma coerente com os anseios e especificidades da sociedade. Não há aí “viés ideológico”. Há uma firme clareza epistemológica de cunho progressista e civilizatório.

Boschetti (2017) identifica alguns dos principais desafios contemporâneos no sentido de, com o pensamento e a ação crítica, fazermos frente à barbárie supracitada. Dentre os quais, destacam-se: a) compreender e traduzir as implicações da crise para os direitos, as políticas sociais e para as condições de vida da classe trabalhadora; e b) compreender e traduzir a condição e o significado dos direitos e das políticas sociais e suas implicações para o trabalho profissional. Na visão da autora, é condição fundante à relação e o vínculo entre os princípios e valores do nosso Projeto Ético-Político profissional e as ações necessárias para sua consolidação cotidiana. Ademais, provoca-nos sobre a necessidade de

[...] desmistificação dos direitos e da cidadania burguesa e a real compreensão das suas dimensões e significado na sociabilidade capitalista; a firme disposição política, teórica e ideológica para assumir e participar das lutas da classe trabalhadora e para se colocar contra todas as formas de supressão de direitos e contra todas as formas de exploração econômica e opressão de gênero, geração, etnia, orientação sexual; a identificação das condições objetivas e subjetivas determinantes das relações sociais em cada contexto histórico e a capacidade de explorar suas contradições com vistas a

defender, intransigentemente, os direitos da classe trabalhadora. (BOSCHETTI, 2017, p. 68-69).

Para enfrentar de forma ativa e consistente esse conjunto de desafios, é decisivo ter a clareza de que a EPS não é um processo ingênuo, que deve ser feito porque é “bonito”, “da moda” ou “simpático”. Nas palavras de Boschetti (2017, p. 69), “a barbárie capitalista contra a humanidade e a solidariedade de classe exige de todos nós a firme convicção de que somente a emancipação humana da sociedade de mercado será capaz de impor fim à sua existência”.

### **Considerações finais**

A nosso ver, a educação popular traz para o campo da saúde a possibilidade do desvelamento de um agir crítico que contribui substancialmente para a resistência, o enfrentamento e a superação dos desafios apontados na conjuntura atual e, certamente, aqueles que se apresentarão ao longo da década que inicia. Por meio da EPS, orienta-se a ação para a construção compartilhada do conhecimento como produção científica, social e crítica dedicada ao avanço social e à promoção humana, tendo como condição a defesa irredutível da vida com dignidade para todas as pessoas.

Com esse entendimento, o processo de EPS possui, necessariamente, uma intencionalidade política muito nítida, a qual, na atual conjuntura político-social, tem uma força que é implacável contra qualquer retrocesso civilizacional e é, inegociavelmente, a favor da promoção humana pela garantia da educação, da saúde e da proteção social, como direitos sociais e humanos. A esse respeito, compreendendo o próprio processo de construção compartilhada do conhecimento como educativo e, assim, entendendo a educação como condição de realização humana e como direção para a justiça social.

### **Referências**

ALBUQUERQUE, P. C.; STOTZ, E. N. A educação popular na atenção básica à saúde no município: em busca da integralidade. **Interface**, Botucatu, v. 8, n. 15, p. 259-274, mar./ago. 2004. Doi: 10.1590/S1414-32832004000200006.

ANDRADE, D. P. Neoliberalismo: crise econômica, crise de representatividade democrática e reforço de governamentalidade. **Novos Estud. CEBRAP**, São Paulo, v. 38, n. 1, p. 109-135, 2019. Doi: 10.25091/s01013300201900010006.

AYRES, J. R. C. M. Sujeito, intersubjetividade e práticas de saúde. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 63-72, 2001. Doi: 10.1590/S1413-81232001000100005.

BONETTI, O. P.; CHAGAS, R. A.; SIQUEIRA, T. C. A. A educação popular em saúde na gestão participativa do SUS: construindo uma política. *In*: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Estratégica e Participativa. **II Caderno de Educação Popular e Saúde**. Brasília, DF: MS, 2014. p. 16-24.

BOSCHETTI, I. Agudização da barbárie e desafios ao Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 54-71, abr. 2017. Doi: 10.1590/0101-6628.093.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde no Sistema Único de Saúde (PNEPS-SUS)**. Brasília, DF: MS, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde. **As cartas de Promoção da Saúde**. Brasília, DF: MS, 2002.

CALADO, A. J. F. Educação popular como processo humanizador: quais protagonistas? *In*: CRUZ, P. J. S. C. *et al.* (org.). **Educação popular e nutrição social: reflexões e vivências com base em uma experiência**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014. p. 355-375.

CARVALHO, M. A.; ACIOLI, S.; STOTZ, E. N. O processo de construção compartilhada do conhecimento: uma experiência de investigação científica do ponto de vista popular. *In*: VASCONCELOS, E. M. (org.). **A saúde nas palavras e nos gestos: reflexões da rede de educação popular e saúde**. São Paulo: Hucitec, 2001. p. 101-114.

CASTRO, P. D. Ultraliberalismo, fase superior do neoliberalismo. **Fundação Perseu Abramo**. 2019. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/2019/02/07/ultraliberalismo-fase-superior-do-neoliberalismo>>. Acesso em: 13 maio 2020.

CHAUÍ, M. S. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001. Doi: 10.7476/9788539303045.

CRUZ, P. J. S. C. **Extensão popular: a pedagogia da participação estudantil em seu movimento nacional**. 2010. 339 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2010.

FERNANDES, R. R.; SILVA, S. R. “Ser mais” na obra de Paulo Freire: relações entre ética, humanismo e técnica. **Revista Científica Interdisciplinar**, Paranaguá, v. 2, n. 1, p. 43-58, ago. 2017.

FLEURY, S. Capitalismo, democracia, cidadania: contradições e insurgências. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 108-124, nov. 2018. Doi: 10.1590/0103-11042018s309.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREIRE, P. **Política e educação**. 8. ed. São Paulo: Villa das Letras, 2007.

GOERGEN, P. A educação como direito de cidadania e responsabilidade do Estado. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 34, n. 124, p. 723-742, set. 2013. Doi: 10.1590/S0101-73302013000300005.

KERSTENETZKY, C. L.; GUEDES, G. P. O Welfare State resiste?: desenvolvimentos recentes do estado social nos países da OCDE. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 7, p. 2.095-2.106, jul. 2018. Doi: 10.1590/1413-81232018237.08702018.

MARQUES, A. P. P. Reestruturação produtiva e recomposições do trabalho e emprego: um périplo pelas “novas” formas de desigualdade social. **Ciênc. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 6, p. 1.545-1.554, jun. 2013. Doi: 10.1590/S1413-81232013000600007.

MELO NETO, J. F. **Extensão popular**. 2. ed. João Pessoa: Editora da UFPB, 2014.

MELO NETO, J. F. **Universidade popular**: texto para debate. João Pessoa: Editora da UFPB, 2012.

OLIVEIRA, I. B. **Boaventura e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

OLIVEIRA, M. W. (org.). Educação popular e saúde no Brasil e os coletivos de educação popular e saúde: contextos históricos. In: **Rede de Educação Popular em Saúde**. Disponível em: <https://www.ufpb.br/redepopsaude/contents/biblioteca-1/educacao-popular-e-saude-no-brasil-e-os-coletivos-de-educacao-popular-e-saude-contextos-historicos/historico-coletivos-maio2011.pdf>. Acesso em: 14 maio 2020.

PEDROSA, J. I. Promoção da saúde nos territórios: construindo sentidos para a emancipação. In: LANDIN, F. L. P.; CATRIB, A. M. F.; COLLARES, P. M. (org.). **Promoção da saúde na diversidade humana e na pluralidade de itinerários terapêuticos**. Campinas: Saberes Editora, 2012. p. 25-48.

PEDROSA, J. I.; OLIVEIRA, M. W. Apresentação. **Interface**, Botucatu, v. 18. supl. 2, p. 1.157-1.158, 2014.

PEREIRA, L. C. B. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

PINI, F. R. Educação popular em direitos humanos no processo de alfabetização de jovens, adultos e idosos: uma experiência do projeto mova-brasil. **Educ. Rev.**, Belo Horizonte, v. 35, e214479, 2019. Doi: 10.1590/0102-4698x214479.

SANTOS, B. S. **A universidade popular dos movimentos sociais para formar activistas e dirigentes dos movimentos sociais e ONGs e cientistas sociais, intelectuais e artistas dedicados à transformação social**. 2003. Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura\\_universidade\\_popular\\_dos\\_movimentos\\_sociais.pdf](http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura_universidade_popular_dos_movimentos_sociais.pdf). Acesso em: 14 maio 2020.

SANTOS, D. V. D. *et al.* Da prescrição à escuta: efeitos da gestão autônoma da medicação em trabalhadores da saúde. **Saúde Soc.**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 261-271, jun. 2019. Doi: 10.1590/s0104-12902019180860.

SOBRINHO, J. D. Universidade em tempos ultraliberais. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 23, n. 2, p. 288-293, jul. 2018. Doi: 10.1590/s1414-40772018000200001.

SOUTO, L. R. F. *et al.* Civilização ou barbárie. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 125-144, nov. 2018. Doi: 10.1590/0103-11042018s310.

SOUZA J. **A radiografia do golpe**: entenda como e por que você foi enganado. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

STOTZ, E. N.; DAVID, H. M. S.; WONG-UN, J. A. Educação popular e saúde: trajetória, expressões e desafios de um movimento social. **APS**, Juiz de Fora, v. 8, n. 1, p. 49-60, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.ufjf.br/nates/files/2009/12/EducacaoPopular.pdf>. Acesso em: 15 maio 2020.

VALLA, V. V. A crise da interpretação é nossa: procurando entender a fala das classes subalternas. *In*: BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **II Caderno de Educação Popular em Saúde**. Brasília, DF: MS, 2014. p. 35-48.

VASCONCELOS, E. M. **Educação popular e atenção à saúde da família**. 6. ed. São Paulo: Hucitec, 2015.

VASCONCELOS, E. M. Ir além do controle social: o significado da redefinição das práticas de saúde para a democratização do SUS e da nação. *In*: VASCONCELOS, E. M.; PRADO, E. V. (org.). **A saúde nas palavras e nos gestos**: reflexões da rede de educação popular e saúde. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2017. p. 262-272.